

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

ESCOLA SECUNDÁRIA COM 3.º CICLO
DO ENSINO BÁSICO PROF. DR. FLÁVIO
F. PINTO RESENDE
CINFÃES

Datas da visita: 10 e 11 de Dezembro de 2007

I – Introdução

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um “programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho”.

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa da Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Prof. Dr. Flávio F. Pinto Resende, realizada pela equipa de avaliação que a visitou entre 10 e 11 de Dezembro de 2007.

Os capítulos do relatório — caracterização da escola, conclusões da avaliação por domínio, avaliação por factor e considerações finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais da Unidade de Gestão, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o(a) [agrupamento/escola], constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pela escola será oportunamente disponibilizado no sítio *internet* da IGE (www.ige.min-edu.pt).

Escala de avaliação utilizada Níveis de classificação dos cinco domínios

Muito Bom — Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Bom — Revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Suficiente — Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

Insuficiente — Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. Não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II – Caracterização da Escola

A Escola Secundária com 3.º Ciclo (ES/3) Prof. Dr. Flávio Ferreira Pinto Resende situa-se na vila de Cinfães, no concelho do mesmo nome e distrito de Viseu. Com cerca de 22 424 habitantes (censos de 2001), o concelho de Cinfães tem uma área de 241 Km², está dividido em 17 freguesias e tem uma densidade populacional de 93 habitantes/Km². Caracteriza-se o concelho de Cinfães por ser um dos da região Norte e da sub-região do Tâmega que apresenta valores estatísticos sócio-demográficos reveladores de sérias dificuldades de crescimento e perda contínua de população. O sector primário tem vindo a perder importância, ganhando relevância económica os sectores secundário e terciário. No que concerne aos aspectos culturais, destaca-se no concelho a existência de várias bandas filarmónicas e grupos folclóricos e etnográficos, não possuindo qualquer sala de cinema ou cine-teatro.

Criado o Ensino Secundário (ES) em Cinfães em 1 de Outubro de 1984, a escola funciona no actual edifício desde o ano lectivo 1986/87. Dispõe de um pavilhão de aulas, em razoável estado de conservação, composto por 23 salas, nas quais estão incluídos os laboratórios de Ciências-Naturais e de Física e Química, a Sala de Informática e um auditório. Dispõe, ainda, de um moderno pavilhão de dois pisos, recém construído, com 8 salas, uma Biblioteca/mediateca, um novo auditório, laboratórios de Matemática e de Biologia, uma Câmara Escura e um gabinete para os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) e Serviços Especializados de Apoio Educativo (SEAE). No edifício contíguo aos Serviços de Administração Escolar (SAE) e do Conselho Executivo (CE) existem, entre outros, o salão de estudo e a cantina (que serve em média 510 refeições diárias). A escola dispõe também de um pavilhão gimno-desportivo e de um tanque de aprendizagem, ambos da pertença da Câmara Municipal de Cinfães (CMC).

Dos 614 alunos que frequentam a escola, em regime diurno, 42,2% são do 3.º Ciclo do Ensino Básico (CEB), sendo que, destes, 13,5% estão inscritos nos Cursos de Educação e Formação (CEF). Dos 355 alunos do ES, 21% estão inscritos no Ensino Profissional. A idade média dos alunos que frequentam a escola é de 15,8 anos, prevalecendo o sexo feminino com uma percentagem de 60%. Estão abrangidos pelas Necessidades Educativas Especiais (NEE) 13 alunos, dos quais 3 estão com a medida de ensino especial e os restantes beneficiam de adaptações curriculares e condições especiais de avaliação. É elevada a percentagem dos alunos subsidiados pelos Serviços de Acção Social Escolar (SASE): 86% no Ensino Básico (EB) e 77% no ES. Destes, 11 alunos ainda são beneficiados com suplemento alimentar. Com Bolsas de Mérito existem 12 alunos. Do total dos alunos, 29% tem computador em casa e apenas 9% tem computador com Internet.

A escolaridade dos pais situa-se, na grande maioria, ao nível do 1.º e 2.º ciclos (respectivamente 40,8% e 26%), num quadro profissional em que, ressalvando os que têm profissão desconhecida ou não têm profissão (51,8%), prevalece a classe dos operários, artífices e trabalhadores similares com 22%.

O corpo docente da escola é composto por 67 professores, dos quais 82% pertence aos Quadros de Escola e de Zona Pedagógica. Por outro lado, dos 46 funcionários que compõem o pessoal não docente, 71,7% está integrado também nos quadros da Escola. Estes factores revelam que se assiste, na escola, a uma acentuada estabilidade profissional.

III – Conclusões da avaliação por domínio

1. Resultados

BOM

A escola orienta todas as suas actividades, de forma coerente e sistemática, para a melhoria dos resultados académicos dos alunos e para o combate ao insucesso e ao abandono escolares. Existe uma motivação generalizada e forte, comungada por todos os corpos da escola e da comunidade educativa, para a implementação de medidas efectivas nesse sentido, as quais têm surtido efeitos muito positivos. Não obstante a escola debater-se com algumas dificuldades e constrangimentos, está absolutamente atenta e desenvolve uma atitude proactiva relativamente à questão do sucesso académico e dos resultados escolares, concretizando o objectivo do Projecto Educativo de Escola (PEE) *eleva ou manter a qualidade das aprendizagens com vista à aproximação da média nacional*, o que está a conseguir. Fruto das análises comparativas com as escolas similares existentes nas proximidades, a escola assume explicitamente uma vocação de liderança regional, num quadro onde, nos últimos 3 anos, continuamente melhoram os resultados académicos e se aproximam as médias dos exames realizados na escola às médias nacionais, assim como às da classificação interna de frequência. Porém, globalmente, os resultados apresentam-se ainda abaixo das médias nacionais, são sempre negativos no 9.º ano e, no 12.º ano, os resultados em História têm vindo a descer.

Por sua vez, os alunos demonstrando um conhecimento satisfatório das regras de conduta na vida escolar, identificam-se de forma muito intensa com a escola, classificada por eles como a sua segunda “casa”. A esta constatação não é estranho o facto de se fomentar na escola um espírito de pertença através da mobilização geral

de todos os agentes educativos, materializada sob a forma de actividades lúdico-culturais, desportivas e publicações periódicas da revista "Assimetrias", de muito boa qualidade e do jornal escolar "Nós e os Outros", associado ao reconhecimento do mérito dos alunos que se distinguem, os quais vêem os seus nomes inscritos nos quadros de excelência e valor ou com notícias especiais nas publicações da escola. Os alunos evidenciam, no geral, um comportamento muito disciplinado. Porém, como ponto forte, e para solucionar o incumprimento de algumas regras de disciplina, a escola está a pôr em prática um sistema de acompanhamento tutorial dos alunos identificados como potencialmente mais problemáticos. A competência das estruturas dirigentes e do SPO para lidarem com as situações que surgem é reconhecida por todos e a sua actuação revela muita eficácia. Por outro lado, as ameaças de abandono escolar têm sido bem sinalizadas e acompanhadas com planos individuais, mediante também compromissos assinados com os encarregados de educação e alunos.

2. Prestação do serviço educativo

BOM

Coexistem na escola uma boa articulação intra-departamental, associada a uma boa colaboração inter-departamental, operacionalizando-se a coordenação pedagógica da actividade educativa nas reuniões de departamento, a qual evidencia também uma boa articulação transversal entre anos e ciclos. Definem-se, nas reuniões de conselhos de turma, estratégias de superação para os alunos que manifestem insucesso escolar, reformuladas sempre que necessário, num trabalho articulado com os SPO e os SEAE. É garantida a continuidade pedagógica na constituição das turmas, através da intervenção dos coordenadores de ciclo e dos directores de turma. Nos cursos profissionais e nos CEF, a articulação pedagógica acontece semanalmente com os professores das disciplinas e com o coordenador de curso.

Em reuniões de grupo sectorial, por ano e por disciplina, e de departamento são assegurados o acompanhamento e a supervisão interna da prática lectiva dos professores. Nas reuniões dos conselhos de turma atende-se às dificuldades detectadas dos alunos, definem-se estratégias de superação e, quando necessário, solicita-se ajuda a outros professores, designadamente para esclarecer modos de actuação e para partilha de experiências. Nas reuniões trimestrais de avaliação analisam-se e comparam-se os resultados alcançados. No que respeita à formação proporcionada pela escola, não existe um plano de formação interna coerente, sistemático e sustentado, realizando-se, porém, várias acções de formação para o pessoal docente e não docente, resultantes mais de necessidades avulsas do que de uma estratégia concertada entre os pares, até porque deixou de existir na escola a figura do coordenador de formação. Os SPO e os SEAE são duas valências fortes e actantes da escola, que participam nas reuniões dos conselhos de turma, onde há alunos a apoiar, e nas reuniões do conselho pedagógico. São solicitadas e ouvidas nas diferentes estruturas intermédias e de topo da escola e são bem colhidas as suas opiniões. A escola evidenciou ser uma escola inclusiva, dedicando especial atenção e acompanhamento aos alunos com NEE de carácter prolongado e com dificuldades de aprendizagem.

3. Organização e gestão escolar

BOM

Não obstante o Projecto Educativo, em reformulação, ser um documento de valor estratégico genérico e vago, está interiorizada na comunidade escolar uma linha de rumo direccionada para dar resposta aos problemas locais, relevando-se, no entanto e entre outros, o objectivo de reforçar a dimensão europeia da educação, incentivando a cooperação transnacional entre escolas. A estratégia de operacionalização da actividade educativa assenta nos conselhos de turma e nos sub-coordenadores de departamento. Os SPO e os SEAE participam nas reuniões do início do ano para diagnosticar situações e planificar actividades, com base no ponto de partida de cada aluno. Na gestão do tempo escolar, a escola dá relevo à realização de trabalhos práticos, conjugados com a necessária dimensão teórica, assim como é preocupação dominante a transversalidade das tarefas relacionadas com a Área de Projecto e Estudo Acompanhado. O ensino da natação inserido como prática corrente e generalizada nas aulas de educação física constitui uma "ilha de excelência". Os directores de turma são uma pedra fundamental no crescimento do aluno, mostram-se disponíveis e revelam-se flexíveis no horário de atendimento aos encarregados de educação.

Considerando a oferta formativa proporcionada, com a inauguração do novo e moderno pavilhão a escola dispõe de instalações adequadas. Porém, constatou-se que algumas instalações não se encontram em bom estado de conservação, não cumprem normas de segurança exigíveis e não apresentam um aspecto agradável, ressaltando-se que algumas são da responsabilidade de entidades externas. No que concerne à operacionalidade dos SAE observou-se que funcionam em horário contínuo, com atendimento personalizado e satisfazem as necessidades da escola. A dotação proveniente do Orçamento do Estado é gerida com competência e rigor e é suficiente.

Tentando suprir a dificuldade de interacção da escola com os pais e encarregados de educação, a escola desenvolveu estratégias de aproximação e de motivação dos pais para a sua participação sistemática na vida

escolar, nomeadamente através dos SPO e dos SEAE. A escola articula-se, agora, com o Conselho Inter-técnicos de Cinfães, onde divulga as suas actividades e busca soluções e apoios para a concretização dos objectivos educativos. Também, funcionando como supervisão de estratégias globais a nível da orientação vocacional, a escola, através da psicóloga, faz parte do “Núcleo SPO” e dispõe, ainda, de relações privilegiadas com a CMC, a Associação da Defesa do Ambiente, a Escola Profissional e outras empresas, com as quais estabeleceu protocolos para a realização de estágios profissionais. Esta conjugação de factores faz com que a escola tenha um impacto social excelente.

4. Liderança

MUITO BOM

A escola possui lideranças de topo e intermédias fortes e motivadas, com uma visão estratégica que iniciou um novo ciclo: o ensino regular entrecruzado com o profissional, onde os alunos têm mais oportunidades, novas ofertas e novos caminhos, numa escola pública que pretende ser de qualidade e exigência. O órgão executivo sabe o quer, tem um rumo claramente definido e a Assembleia de Escola assume um papel activo na definição de linhas gerais norteadoras da actividade da escola, evidenciando-se ser um órgão questionante, interventivo e actuante.

Todos os indicadores recolhidos convergem no sentido de que existe no pessoal docente e não docente da escola um elevado clima de empenho e motivação, onde transparece o sentido de pertença e de responsabilidade. Fazem parte da cultura da escola a abertura à mudança e à inovação. A escola está atenta a todas as solicitações, aproveita-as e pretende acompanhar as novas exigências da educação e da sociedade articulando-se muito bem com diferentes Comissões e organizações locais. No entendimento de diversos painéis, a escola, no futuro, será uma escola com mais opções, com mais sucesso, preocupada com a satisfação dos alunos e continuando interessada no desenvolvimento de projectos pedagógicos nacionais e internacionais como forma de proporcionar uma aprendizagem com qualidade.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola

BOM

A escola revela possuir, nas diferentes estruturas de topo e intermédias, práticas de reflexão que a levam a estabelecer planos de melhoria e, se necessário, a reformular estratégias. Porém, ainda não desenvolveu um processo explícito e sistemático de auto-avaliação, definido, globalizado e coordenado por uma equipa. O trabalho já realizado pela equipa de auto-avaliação, nomeada em Maio de 2007, engloba a avaliação do PEE, a elaboração do documento “Inquérito para a Auto-Avaliação da Escola”, tendo também distribuído pelos encarregados de educação um documento para solicitar sugestões sobre o funcionamento da escola.

A escola segue um caminho de progresso sustentado, a atestar pela melhoria dos resultados académicos e pela aproximação progressiva das médias da escola às médias nacionais. Com um ambiente de bom clima organizacional, a escola sabe o que quer, reflecte sobre os problemas e está atenta à necessidade de novas ofertas educativas.

IV – Avaliação por factor

1. Resultados

1.1 Sucesso académico

Os resultados académicos têm evoluído nos últimos anos: nos exames do 9.º ano, nos últimos dois anos, a Língua Portuguesa teve uma subida média de 0,6, enquanto que a Matemática registou uma subida de 0,1. Todavia, os resultados dos alunos nos mesmos anos em Matemática são sempre negativos e inferiores às médias nacionais: 0,7 em 2006 e 0,4 em 2007. Acresce que aumentou a diferença entre a classificação interna de frequência (CIF) e a de exame de 2006 para 2007, sendo a da escola 1,3 superior à do exame. Também na disciplina de Língua Portuguesa as classificações médias dos alunos no exame são negativas e inferiores à média nacional quer em 2006, quer em 2007, de 0,7 e 0,6, respectivamente. Por sua vez, nos exames do 12.º ano, a classificação média de Português subiu, nos últimos três anos, de 9,2 para 11,2 valores e a Matemática passou de 5,3 para 10 valores. Contudo, se na realidade se observa esta tendência, os valores ainda estão ligeiramente abaixo das médias nacionais e com diferenças entre as classificações internas e as de exame de 1,5 em Português e 2,6 em Matemática. Em História, porém, os resultados não só têm vindo a descer de 2005 para 2007, seguindo a tendência dos nacionais, como também são sempre inferiores às médias nacionais. O Português e a Matemática, constituindo as disciplinas em que se verificaram os progressos mais importantes, foram aquelas em que houve

uma intervenção deliberada e explícita da escola no combate ao insucesso escolar, fazendo passar os índices de sucesso de 6% para 67%.

A escola debate-se com alguns constrangimentos externos que não potenciam as medidas implementadas para contrariar o insucesso escolar, salientando-se, entre outros, as difíceis condições disponibilizadas pelos transportes públicos de que se servem as crianças e jovens da escola nas suas deslocações de e para os seus locais de residência. É desenvolvido um esforço sistemático e consistente de análise estatística continuada e rigorosa dos resultados obtidos. Esta análise, centralizada nos CE e Pedagógico da escola, envolve várias estruturas e patamares intermédios, sendo dada uma especial atenção à comparação com as escolas similares existentes nas proximidades, consubstanciada também na participação de reuniões com outras escolas em que se procede precisamente a uma análise comparativa de resultados e experiências pedagógicas. A escola assume explicitamente uma vocação de liderança regional, pretendendo constituir-se como uma referência a nível da região em que está inserida, pois que, a nível dos resultados académicos obtidos nos exames nacionais, a escola é já considerada a segunda melhor da região, sendo a primeira do sistema de ensino público.

O abandono escolar tem decrescido nos últimos anos: em 2007, os índices de abandono desceram para 1,2%. Este resultado corresponde a uma prioridade da actuação dos responsáveis pela escola, que lhe dão muito relevo na gestão da escola. Aos sinais de ameaça de abandono escolar, os directores de turma sinalizam tais casos, para os quais são elaborados planos individuais de acompanhamento associados a um compromisso assinado pelos encarregados de educação e pelos alunos. Outra medida que explica o decréscimo de abandono escolar é a criação dos Cursos CEF, facto que foi objecto de apreciações muito favoráveis por parte de todos os painéis entrevistados. Apesar destas medidas, continuam a identificar-se alguns pontos críticos nos momentos de transição de ciclo e nos alunos que mudam de escola, momentos em que as medidas tomadas para combater o abandono são reforçadas.

1.2 Participação e desenvolvimento cívico

Os alunos demonstram um conhecimento satisfatório das regras de conduta que regem a sua participação cívica na vida escolar. Conhecem, nomeadamente, o Regulamento Interno da Escola, com o qual tomam primeiro contacto no início de cada ano lectivo em sessões dinamizadas pelos directores de turma. A Associação de Estudantes é um interlocutor ouvido pelos órgãos dirigentes da escola em todas as decisões que lhes digam respeito. A preparação, discussão e definição final dos documentos orientadores da escola e de cada turma faz-se sobretudo nos órgãos próprios e a participação dos alunos cinge-se à participação nas reuniões dos órgãos em que têm assento. O mesmo se pode dizer dos representantes eleitos dos funcionários não-docentes e dos encarregados de educação. Da mesma forma, há um diálogo cooperante entre a Associação de Pais e Encarregados de Educação (APEE) e o CE.

Os alunos identificam-se com a escola. Afirmam sentir-se bem e reconhecem a qualidade e a relevância do trabalho desenvolvido por professores e funcionários. A escola fomenta este espírito de pertença através da mobilização geral dos agentes educativos na manutenção de um bom ambiente de trabalho, construído sobre as bases do respeito mútuo, e materializado sob a forma de actividades lúdico-culturais e desportivas e da publicação de um jornal, de uma revista e de uma página Internet em que todos – alunos, docentes e funcionários – podem exprimir-se enquanto membros da “família” ou da “casa”. Para incentivar este espírito de pertença, a escola tem os seus símbolos próprios, como o hino da escola, e esforça-se por conservar a sua memória histórica, por exemplo através da divulgação da biografia do cientista que lhe dá o nome (Prof. Dr. Flávio Resende).

A escola procura envolver todos no sentimento de responsabilidade colectiva, nomeadamente através de campanhas de sensibilização para a limpeza e conservação das instalações e equipamentos. Os alunos que se distinguem quer nos resultados académicos, quer em iniciativas externas de carácter científico, cultural ou desportivo, vêem os seus méritos reconhecidos publicamente, através de procedimentos como a inscrição dos alunos nos quadros de excelência e valor da escola ou de notícias especiais nas publicações da escola.

1.3 Comportamento e disciplina

Os alunos evidenciam, no geral, um comportamento disciplinado. Este aspecto é reconhecido e sublinhado pelos intervenientes de todos os painéis contactados, que referem não haver casos graves e repetidos de violência verbal ou física entre alunos e destes para com funcionários ou docentes. Por toda a escola se nota, de resto, um bom ambiente de trabalho, para o qual contribui um relacionamento correcto e pacífico entre os participantes do espaço escolar.

As regras de comportamento e disciplina encontram-se afixadas em diversos locais da escola, sendo o seu cumprimento observado. Estas regras, bem como a preservação de um ambiente de trabalho disciplinado e

responsabilizador, constituem uma preocupação. Neste sentido, são efectuadas, no início do ano lectivo, sessões de informação sobre o conteúdo do Regulamento Interno da Escola e sobre as regras de comportamento e disciplina. Os responsáveis educativos mostram-se atentos a este assunto e procuram incutir nos estudantes sentimentos de responsabilidade e autonomia que possam pôr cobro ao surgimento de eventuais casos de indisciplina. Os casos mais problemáticos são encaminhados pelos directores de turma para os SPO, que tentam uma actuação concertada com os encarregados de educação e implementam uma monitorização da evolução das situações detectadas.

Não obstante os pontos focados nas observações anteriores, refira-se que alguns dos painéis ouvidos fizeram menção ao aparecimento, no corrente ano, de um número mais significativo de situações de incumprimento de algumas regras de disciplina, dentro e fora da sala de aula, mas que não traduzem situações de violência. Entre as medidas organizadas pela escola para lidar com esta questão, destaca-se o projecto de pôr em prática um sistema de acompanhamento tutorial dos alunos identificados como potencialmente mais problemáticos, já aprovado pelo Conselho Pedagógico.

A falta de uma prática mais generalizada de conservação da limpeza nas instalações da escola constitui, aliás, a manifestação mais visível de falta de consideração pelas regras de convivência no espaço escolar, sendo presentemente objecto de uma campanha de sensibilização promovida pelos estudantes do Curso Profissional de Técnico de Higiene e Segurança no Trabalho e Ambiente com o apoio do CE e da Associação de Estudantes.

1.4 Valorização e impacto das aprendizagens

Em todos os painéis ouvidos, é unanimemente reconhecido como muito positivo o impacto da formação proporcionada nesta escola aos seus estudantes. Apesar das dificuldades reconhecidas, a escola corresponde, nas palavras dos representantes dos alunos, famílias, docentes, funcionários e autarquia, às expectativas dos que a frequentam, tendo efeitos percebidos como positivos e determinantes sobre o seu futuro enquanto cidadãos e profissionais.

Ainda, na opinião dos mesmos painéis, a escola cumpre um papel dinamizador ao nível do capital escolar, da elevação do nível cultural, do incremento sócio-económico, da formação profissional e da inserção social dos seus alunos, contribuindo de forma importante para o esbatimento das assimetrias sociais verificadas no interior da sua população e para o fomento da igualdade de oportunidades dos jovens que a frequentam relativamente aos jovens oriundos de regiões do País sócio-economicamente mais favorecidas. A comunidade local beneficia, portanto, da existência desta escola e da forma como a acção educativa, nas suas componentes (escolar-académica, cultural e social), é levada a cabo pelos seus agentes. Também os professores e funcionários vêem as suas expectativas cumpridas pelo trabalho desenvolvido na escola, que actua como um factor de melhoria do seu desempenho e motivação, onde o mérito é reconhecido e valorizado. Neste sentido, a escola tem uma prática instituída de expor, tanto no seu interior, como em várias entidades parceiras, os trabalhos realizados pelos alunos, no sentido de a aproximar mais da comunidade.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade

Verifica-se, nos quatro departamentos regularmente constituídos na escola, uma boa articulação intra-departamental associada a uma também boa colaboração inter-departamental, com a preocupação de uniformizar, nos diferentes departamentos, toda a informação e preparação conjunta das reuniões. A coordenação pedagógica global da actividade educativa operacionaliza-se nas reuniões de departamento, subsequentes às de grupo disciplinar, por ano e disciplina e evidencia uma boa articulação transversal. A liderança pedagógica dos docentes é feita pelo coordenador do departamento, em articulação com o sub-coordenador, em reuniões mensais, que supervisionam a documentação inerente à prática lectiva, o grau de cumprimento das planificações e a análise e reflexão dos resultados escolares. Detectando-se desvios, procede-se a reajustamentos e/ou propostas de aulas extra, acordadas com os alunos e pais através dos directores de turma. Ficou claro, em vários painéis, que há partilha de materiais e trabalho em equipa. Há um bom trabalho de articulação entre o director de turma, os SPO e os SEAE, sendo as decisões tomadas sempre consensualmente.

É dada grande atenção aos anos de início de ciclo, porque se considera que são anos em que se recebem alunos de outras unidades de gestão. Os coordenadores de ciclo e os directores de turma intervêm na constituição das turmas, garantindo a continuidade pedagógica. Nos cursos profissionais e nos CEF, a articulação pedagógica acontece semanalmente com os professores das disciplinas e com o coordenador de curso.

2.2 Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula

O acompanhamento e a supervisão interna da prática lectiva dos professores efectivam-se em reuniões de departamento e de grupo sectorial, por ano e por disciplina. Definidas as características e as principais dificuldades dos alunos, elaboram-se planos de acompanhamento individual com os encarregados de educação, fazendo-se a articulação dos professores através dos departamentos e dos coordenadores de grupo.

Em casos identificados de problemas de desempenho pedagógico, a escola procede a uma intervenção sob a responsabilidade do coordenador do departamento no sentido de sanar essa situação. Tendo a escola constatado carências ao nível do treino de exames, um bloco semanal do estudo acompanhado é direccionado para a preparação dos exames nacionais. Nas reuniões dos conselhos de turma do 3.º CEB e do ES atende-se às dificuldades detectadas dos alunos, definem-se estratégias e, quando necessário, solicita-se ajuda a outros professores, designadamente para esclarecer modos de actuação e para partilha de experiências. Os testes são calibrados e elaborados em equipa. Por sua vez, nas reuniões de avaliação trimestral fazem-se as análises dos resultados e comparam-se as classificações.

Segundo os painéis, há um levantamento das necessidades de formação contínua e, com base neste levantamento, os docentes são encaminhados para a frequência de acções de formação consideradas relevantes. Porém, ficou-se com a sensação de que não existe um plano de formação interna coerente, sistemático e sustentado para os professores. No ano lectivo anterior, realizaram-se 3 acções de formação – Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), Criação de Apresentações Gráficas e Preparação de Cursos Profissionais e CEF – e uma palestra de esclarecimento sobre o processo de Bolonha, tendo-se registado, em todas, 185 presenças de professores. Deixou de existir na escola a figura do coordenador de formação.

2.3 Diferenciação e apoios

É dada grande atenção ao início de cada ciclo (7º e 10º anos), fazendo-se um estudo sistemático dos processos dos alunos que chegam à escola pela primeira vez. Com a avaliação diagnóstica definem-se as principais dificuldades e procede-se à planificação de acordo com o ponto de partida de cada aluno, sendo todo o trabalho definido em equipa. No início do ano lectivo, a escola, com a participação dos SPO e dos SEAE, faz também um cuidado trabalho de triagem dos alunos com NEE de carácter prolongado e com dificuldades de aprendizagem. O conselho de turma, após a análise das situações dos alunos sinalizados nos diferentes contextos, procede à adopção de medidas como: adaptações curriculares, definição de competências mínimas, e elaboração de planos individuais e planos de acompanhamento.

Aos alunos sinalizados com NEE, são aplicadas as medidas de regime especial, enquanto que os alunos em situação de dificuldades de aprendizagem contam com um programa de tutoria, existindo para isso um regulamento que se encontra em funcionamento. Neste caso, é convocado o encarregado de educação para autorizar o apoio, estando também presentes os SPO e os SEAE. Nos conselhos de turma definem-se também estratégias de superação para os alunos que manifestem insucesso escolar. Estas serão reformuladas sempre que seja necessário. Os responsáveis da escola, por sua vez, através das estruturas intermédias, estão atentos aos alunos que não são acompanhados pelos encarregados de educação e, de certa forma, tentam responder a essas situações fazendo-lhes um acompanhamento mais próximo.

Relevando-se a excelente articulação e cooperação entre os professores, os SPO e os SEAE, salienta-se que as planificações elaboradas com as adaptações curriculares dos alunos com NEE são sempre entregues aos SEAE. Estas duas valências, que contam também com o apoio da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Cinfães, participam nas reuniões dos conselhos de turma onde há alunos a apoiar e nas reuniões do conselho pedagógico. Segundo os entrevistados, esta equipa é uma mais-valia para a escola. Não raras vezes, é solicitada e ouvida nas diferentes estruturas intermédias e de topo e são bem colhidas as suas opiniões.

2.4 Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem

Dando resposta às características do meio, a escola adaptou bem o currículo nacional ao seu próprio currículo, exposto no seu Projecto Curricular de Escola, relevando a área artística, no 3.º ciclo, com a inclusão da disciplina de Artes Plásticas como oferta de escola, a facilitação da realização de trabalhos práticos e a inclusão de um espaço para as TIC, inserido na Área de Projecto, como área de apoio a todas as disciplinas do currículo. Em consequência, a intersecção do desenvolvimento do currículo formal prescrito com os projectos

e actividades levados a cabo na escola, permite concluir que são proporcionadas aos alunos experiências diversificadas de aprendizagem, destacando-se a dimensão humanista da actividade da Escola.

A aposta na formação educativa de carácter eminentemente humanista tem tido como consequência que muitos alunos se revelem motivados e empenhados nos estudos e alguns já manifestaram vontade de reingressar no Ensino Secundário. Os alunos entrevistados referiram a importância dos cursos profissionais, bem como dos CEF e expressaram interesse na abertura de outros cursos, nomeadamente no ensino regular e cursos para Adultos. Assumindo o conceito de “Escola Solidária”, a escola oferece aos seus alunos um vasto e abrangente conjunto de actividades e projectos de índole cultural, artística, de educação ambiental e de âmbito desportivo.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade

Não obstante estar interiorizada na comunidade educativa uma clara linha de rumo direccionada para dar resposta aos problemas locais, o PEE, em reformulação, é um documento de valor estratégico genérico e vago que não hierarquiza prioridades. O Projecto Curricular de Escola, evidenciando adaptações do currículo nacional à realidade local, não integra os objectivos gerais da escola, as competências gerais dos ciclos e os conteúdos das áreas curriculares. Releva-se, entre outros, o objectivo de reforçar a dimensão europeia da educação, incentivando a cooperação transnacional entre escolas, objectivada no Programa Comenius. Da análise do Plano Anual de Actividades, conclui-se que ele resulta mais da justaposição de projectos sugeridos pelos vários membros que integram a comunidade escolar, sem uma linha de força comum e sem a definição de objectivos.

Porém, os professores são elementos activos na organização das actividades. Há reuniões no início do ano, com a participação dos SPO e dos SEAE, para diagnosticar situações e planificar actividades, com base no ponto de partida de cada aluno. Durante o ano fazem-se mais reuniões, a vários níveis, para avaliar, monitorizar e reajustar actividades. Sustentada pelo Regulamento Interno, as estratégias de operacionalização da actividade educativa assentam, em grande medida, nos conselhos de turma e nos sub-coordenadores de departamento, estes a nível das diversas disciplinas. Na gestão do tempo escolar, a escola dá relevo à realização de trabalhos práticos, conjugados com a necessária dimensão teórica. Neste particular, o ensino da natação, inserido como prática corrente e generalizada nas aulas de educação física, constitui uma “ilha de excelência”. Por outro lado, a transversalidade das tarefas relacionadas com a Área de Projecto e Estudo Acompanhado é preocupação dominante, realçando-se a apresentação das conclusões dos trabalhos realizados em inter-relação com outros alunos e comunidade, nomeadamente alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

3.2 Gestão dos recursos humanos

Foi ideia generalizada, nos distintos painéis, que existe na escola uma cultura instalada de privilegiar a continuidade pedagógica, associada à avaliação do desempenho do professor e à sua relação com os alunos. Por sua vez, no que concerne à distribuição do serviço do pessoal não docente, conjuga-se a possibilidade da rotatividade com o perfil do funcionário e a competência para o desempenho da função atribuída, sempre tendo em vista, em todas as situações, a conjugação de objectivos comuns. Nestes termos, a gestão da escola conhece bem as competências pessoais e profissionais do pessoal docente e não docente, tendo-as em conta na sua gestão.

Os directores de turma, nomeados por critérios de continuidade, envolvimento e disponibilidade, são uma pedra fundamental no crescimento do aluno. Estes mostram-se muito disponíveis e revelam-se flexíveis no horário de atendimento aos encarregados de educação.

Não havendo um plano de formação interna de escola coerente e sustentado, realizam-se, porém, várias acções de formação para o pessoal docente e não docente, resultantes mais de necessidades avulsas do que de uma estratégia concertada entre os pares. Salienta-se também que, referenciados professores com problemas, a escola age de imediato através das estruturas de topo e intermédias no sentido de os ultrapassar. Os novos professores ou funcionários têm um atendimento personalizado, que começa no CE e é alargado às respectivas estruturas intermédias, no sentido de lhes proporcionar uma integração sadia e completa. No que concerne à operacionalidade dos SAE, observou-se que funcionam em horário contínuo, com atendimento personalizado, e satisfazem as necessidades da escola.

3.3 Gestão dos recursos materiais e financeiros

Com a inauguração do novo pavilhão, a escola dispõe de instalações adequadas, considerando a oferta formativa proporcionada. Na utilização dos espaços e equipamentos, os alunos estão a ser constantemente supervisionados por professores ou funcionários, conforme os casos.

Pese embora a escola se preocupar com as questões de segurança, reforçadas pela nova APEE, verificou-se que o Laboratório de Química não dispõe de material de primeiros-socorros, produtos de lavagem da pele em caso de queimadura ou abrasão química, ou mantas corta-fogo. O pavilhão gimnodesportivo revela algumas deficiências a nível de climatização, de revestimento do piso e de “degradação” dos balneários. O refeitório e as casas de banho dos alunos evidenciaram também algumas falhas a nível de higiene e asseio.

No entendimento dos responsáveis, a dotação proveniente do Orçamento do Estado manifesta-se suficiente, sendo gerida com rigor. Para a elaboração do Projecto de Orçamento, auscultam-se os diversos departamentos no sentido de se apurarem os montantes previstos e necessários para a concretização das actividades propostas. Esta conjugação de factores tem permitido a efectivação de todas as iniciativas internas relacionadas com a actividade pedagógica, as quais assumem carácter prioritário na gestão da escola. São fornecidos suplementos alimentares a 11 alunos em situação de carência acentuada.

3.4 Participação dos pais e outros elementos da comunidade educativa

Num constante questionar sobre a sua actividade, os seus problemas e formas de os ultrapassar, a escola desenvolveu estratégias de aproximação e de motivação dos pais para a sua participação sistemática na vida escolar, nomeadamente através dos SPO e dos SEAE, chegando inclusivamente a deslocar-se a casa dos alunos para conhecerem concretamente a realidade onde vivem. A APEE, eleita no início do ano, evidenciou ser muito empenhada e crítica essencialmente para com a CMC no que respeita à melhoria dos transportes escolares, realçando o trabalho desenvolvido pela escola e o clima que se vive na mesma.

Os pais dizem conhecer os documentos que orientam a vida da escola, bem como as iniciativas promovidas por esta. Porém, a fraca qualificação escolar e os baixos índices sócio-económicos da população envolvente dificultam a interacção da escola com os pais e encarregados de educação (muitos são emigrantes). No entanto, esta situação está a melhorar, assistindo-se a um lento mas gradativo aumento na participação dos pais na vida da escola, segundo os painéis inquiridos. São bem tratados na escola, são sempre auscultados, assinam planos especiais educativos para os alunos com NEE e com dificuldades de aprendizagem e os pais eleitos para os diversos órgãos que representam nunca faltaram às reuniões.

Representada pelos SPO e pelos SEAE, a escola articula-se com o Conselho Inter-técnicos de Cinfães, onde divulga as suas actividades e, conhecendo a forma e os parceiros que trabalham outros problemas, busca soluções e apoios para a concretização dos objectivos educativos e superação de dificuldades que possam surgir. Também, funcionando como supervisão de estratégias globais a nível da orientação vocacional, a escola faz parte do “Núcleo SPO” que integra técnicos do Douro-Sul, Chaves e Vila Real. Dispõe a escola, ainda, de relações privilegiadas com a CMC, a Associação da Defesa do Ambiente, a Escola Profissional e outras empresas, com as quais estabeleceu protocolos para a realização de estágios profissionais.

3.5 Equidade e justiça

Os responsáveis da escola, aos vários níveis, conhecem muito bem as suas atribuições, respeitam as normas legais e as regras internas definidas, promovem a igualdade e pautam-se por princípios de justiça e equidade. Não há protecção aos bons alunos nem aos alunos de famílias mais favorecidas, nomeadamente filhos de professores. Nesta conformidade, os alunos gostam de estar na escola e entendem-na como uma escola familiar, com sentido de pertença, sentimento este reforçado pelos antigos alunos que a visitam frequentemente.

A escola está muito atenta às dificuldades dos alunos, ao nível educativo, económico, social e de integração e desenvolve estratégias de superação. Assume-se como uma escola inclusiva. A técnica dos SPO leva ao conselho de turma uma perspectiva social e psicológica dos alunos para os professores os compreenderem melhor e os aproximar mais. Esta conjugação de factores faz com que a escola tenha um bom impacto social.

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia

Fruto duma reflexão contínua das diversas estruturas de orientação educativa sobre a missão, os resultados e a actividade da escola e da conseqüente reformulação de estratégias visando a resolução dos problemas, o órgão executivo sabe o quer e tem um rumo claramente definido. A escola não está parada à espera que as soluções surjam de fora. Pelo contrário, pensa constantemente sobre formas de melhorar a sua actuação, com políticas efectivas, explícitas e sistemáticas de combate ao insucesso e abandono escolares, com bons resultados.

A liderança preocupa-se e está aberta em relação a propostas e actividades que surjam de toda a comunidade educativa. Os professores vivem a escola como se fosse sua e, sentindo pressão pessoal por causa dos resultados académicos e do insucesso, estão unidos na melhoria dos seus desempenhos. Como conseqüência, há mais alunos com perspectivas de entrar para o ensino superior.

Os SAE são a evidência acabada da visão da escola: atendimento personalizado, agradável e apoio em comunhão com a escola e alunos. Em vários painéis ficou patente a ideia de que a escola é acolhedora, humana, responsável, impulsionadora, solidária e com sentido de futuro. É procurada por outras escolas e por professores, em visitas de estudo. Atendendo ao muito bom ambiente humano e às estratégias implementadas, há professores que, podendo, não querem sair desta escola.

A escola terminou um ciclo: o dos alunos em massa com insucesso, com abandono e apenas um currículo. Com esta visão estratégica, iniciou-se um novo ciclo no qual, entrecruzando-se o ensino regular com o profissional, os alunos têm mais oportunidades, novas ofertas e novos caminhos, numa escola pública que todos os responsáveis querem de qualidade e exigência.

4.2 Motivação e empenho

Foi inequívoco, nos diversos painéis, que o pessoal docente e não docente se sente empenhado e motivado quer com a dinâmica da escola, quer com os diversos projectos implementados na mesma. O CE é um órgão presente, de portas abertas, que dá autonomia às diferentes estruturas internas, incentivando-as a tomar decisões nas áreas da sua competência, responsabilizando-as, porém. Paralelamente, os órgãos de gestão da escola estão totalmente receptivos a sugestões e a propostas. Respeitam-nas, estudam a sua viabilidade e tomam decisões com base no que é discutido e sugerido. A conjugação destes factores faz com que se viva a escola, à qual todos pertencem e à qual todos dão o seu melhor, nomeadamente a nova APEE que já tem desenvolvido várias diligências junto da DREN e da CMC no sentido de resolver alguns problemas da escola.

A Assembleia de Escola é bem dirigida, assumindo um papel activo na definição de linhas gerais norteadoras da actividade da escola. É um órgão questionante, interventivo e actuante.

4.3 Abertura à inovação

A abertura à mudança e à inovação fazem parte da cultura da escola, nas suas várias estruturas. Exemplo disso é o facto de a escola se ter consciencializado de que a reprovação não é a solução. Perante os problemas persistentes do insucesso escolar e do abandono, a solução foi abrir-se às novas oportunidades com a criação dos cursos profissionais e dos CEF os quais se revelaram um sucesso na motivação dos alunos, no fomento da formação profissional combinada com a formação escolar e como estratégia de ligação da escola à comunidade. Noutra vertente, aproveitam-se as TIC para a construção de um “Blog” com a informação trabalhada ao longo do ano no desenvolvimento do projecto “Educação para a Saúde”, com também se criará uma “webpage” do Clube de Jornalismo.

A escola está atenta às solicitações, aproveita-as e pretende acompanhar as novas exigências da educação e da sociedade. Nestes termos, articula-se muito bem com diferentes Comissões e Organizações locais, bem como com o Conselho Inter-técnicos de Cinfães.

No entendimento de diversos painéis, esta escola, no futuro, será uma escola com mais opções, com mais sucesso e preocupada com a satisfação dos alunos.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

Assiste-se na escola a uma dinâmica sistemática em estabelecer relações com os mais variados parceiros do meio local, em parceria com a autarquia, na procura de “campos de estágio” para os alunos. No momento, são parceiros

privilegiados para estágios nos cursos profissionais e CEF, com os quais se estabeleceram protocolos, a CMC, os Serviços Sociais da Segurança Social, o Centro de Saúde, a Santa Casa da Misericórdia, Agrupamentos de Escolas do concelho, o Lar de Idosos, Centros de Dia locais, a Escola Profissional, os Bombeiros Voluntários de Cinfães e empresas do concelho ligadas à construção civil.

Em simultâneo, como forma de diversificar os meios e estratégias colocadas ao serviço do aluno na sala de aula e contribuir para o desenvolvimento de uma aprendizagem de qualidade, a escola mostra-se interessada no desenvolvimento de projectos pedagógicos nacionais e internacionais, a saber: Projecto Escolas, Professores e Computadores Portáteis, Projecto Comenius (já desde 1999, com parcerias entre escolas da Finlândia, Alemanha, Espanha, Itália, Roménia e Turquia), Projecto Educação para a Saúde, Projecto Clube “Art”, Projecto Ciência-Viva, Parlamento de Jovens, Clube de Jornalismo, Clube de Teatro, Futsal Feminino e Ténis de Mesa. Promovido pelos SPO, verifica-se, ainda, a existência de um projecto que visa trabalhar com grupos de alunos, com comportamentos mais difíceis, as regras de bom comportamento e motivá-los para os estudos num “reforço positivo”.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola

5.1 Auto-avaliação

Embora não haja um processo explícito e sistemático de auto-avaliação claramente definido, globalizado e coordenado por uma equipa de avaliação, constatou-se a existência de práticas reflexivas nas diferentes estruturas de topo e intermédias da escola que levaram, por exemplo, à reformulação da oferta educativa e à criação de novos cursos, tendo em vista responder às necessidades detectadas. No entanto, a direcção executiva da escola, pretendendo ter uma visão global e transversal do seu desempenho, nomeou uma equipa de auto-avaliação em Maio de 2007 escolhida em Conselho Pedagógico.

A equipa existente, composta por três docentes, desenvolveu já um trabalho de avaliação do Projecto Educativo de Escola, centrado em 5 domínios (Fundamentação, Avaliação do Contexto, Avaliação da Entrada, Avaliação do Processo e Avaliação do Produto), tendo já extraído as respectivas conclusões. Paralelamente, elaborou o documento “Inquérito para a Auto-Avaliação da Escola” a ser aplicado a professores, funcionários e alunos. Foi também distribuído pelos encarregados de educação um documento para solicitar sugestões sobre o funcionamento da escola, tendo havido uma fraca participação.

5.2 Sustentabilidade do progresso

A melhoria dos resultados escolares, a aproximação progressiva das médias da escola às médias nacionais, a oferta educativa como resposta às necessidades do meio local, são indicadores claros de que a escola trilha por um caminho de progresso sustentado e sabe o que quer. A gestão sabe que tem pontos fortes, conhece algumas debilidades do desempenho escolar, algumas de ordem interna e outras de ordem externa. Reflecte sobre todos os aspectos atrás referidos, dá autonomia e responsabiliza os vários órgãos no processo de melhoria.

O bom clima organizacional observado, a prestação do serviço educativo numa escola inclusiva, a grande inter-relação estabelecida com muitas organizações locais, são indicadores de que a liderança é forte e está em condições de responder aos mais variados desafios sabendo aproveitar todas as oportunidades que se lhe oferecem.

V – Considerações finais

Apresenta-se agora uma síntese dos atributos da escola (pontos fortes e pontos fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos) que poderá orientar a sua estratégia de melhoria.

Neste âmbito, entende-se por ponto forte: *atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos*; ponto fraco: *atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos*; oportunidade: *condição externa à organização que poderá ajudar a alcançar os seus objectivos*; constrangimento: *condição externa à organização que poderá prejudicar o cumprimento dos seus objectivos*.

Todos os tópicos seguidamente identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- A liderança de topo e intermédia com uma atitude pró activa.

Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Prof. Dr. Flávio F. Pinto Resende, Cinfães
10 e 11 de Dezembro de 2007

- O trabalho continuado de reflexão crítica.
- O desenvolvimento de medidas sistemáticas de combate ao insucesso e ao abandono escolares.
- A dinâmica dos Serviços de Psicologia e Orientação e dos Serviços Especializados de Apoio Educativo.
- O ensino da natação, como prática corrente e generalizada nas aulas de educação física.
- A boa gestão dos recursos humanos que privilegia a continuidade pedagógica, associada à avaliação do desempenho e à competência profissional.

Pontos fracos

- Deficiências a nível da segurança dos alunos, designadamente no Laboratório de Química.
- Falta de asseio e limpeza de vários dos espaços de utilização colectiva.
- Ausência de uma política de formação profissional dos docentes e funcionários mais sistemática e organizada.
- Inexistência de observação e supervisão interna da prática lectiva dos professores.
- Fraca participação dos pais na vida da escola.
- Falta de um processo sistemático de auto-avaliação.

Oportunidades

- A disponibilidade manifestada pela autarquia, nomeadamente através da dinamização do Conselho Municipal de Educação, para apoiar as actividades da escola e melhorar a rede escolar, pode constituir-se como motivo incentivador, oferecendo também perspectivas interessantes e compensadoras aos alunos da escola.
- O alargamento da oferta de estágios, pelo aprofundamento de parcerias, pode constituir-se como um incentivo à continuação dos estudos e ao sucesso académico dos alunos.

Constrangimentos

- A insuficiente oferta de transportes públicos para as deslocações dos alunos pode dificultar a relação dos discentes e das suas famílias com o universo escolar.
- A baixa qualificação escolar e os índices sócio-económicos pouco elevados dos pais da maioria dos alunos da escola, em linha com a caracterização sócio-demográfica do concelho, podem dificultar a relação da escola com os encarregados de educação